

QGEP Participações S.A.

*Informações financeiras trimestrais Individuais
e Consolidadas Referentes ao Período Findo
em 31 de Março de 2015 e Relatório dos
Auditores Independentes*

Deloitte ToucheTohmatsu Auditores Independentes

Mensagem da Administração

Temos o prazer de anunciar que, mais uma vez, a QGEP registrou avanço em seu desempenho operacional, tendo progredido em um período de reconhecidos desafios para o setor de petróleo e gás, sobretudo no Brasil. Embora acreditemos na recuperação das condições de mercado no médio prazo, estamos preparados para aproveitar as oportunidades que surgem em períodos menos favoráveis. Assim, prosseguimos trabalhando com base na nossa posição financeira sustentada por meio da geração de fluxo de caixa operacional estável e pela liquidez do balanço patrimonial.

Os indicadores financeiros do 1T15 representaram um bom começo de ano para nós. A receita permaneceu estável em relação ao 1T14, uma vez que a atualização dos preços contratuais atenuou o efeito da queda da produção do Campo de Manati. Refletindo a alta rentabilidade de Manati, a margem EBITDAX foi de 58,1% no 1T15, e nossa expectativa é de que a demanda deverá se manter em níveis altos o suficiente para possibilitar o retorno à produção média diária de 6 milhões de m³ após o início das operações da estação de compressão no segundo semestre do ano. Também estamos reportando os resultados do relatório de certificação independente de Manati elaborado pela Gaffney, Cline & Associates (GCA). Esse relatório, datado de 31 de dezembro de 2014 mostrou reservas 1P, líquidas para a QGEP de 5,5 bilhões de m³ (35 milhões de boe*) e reservas 2P de 6,1 bilhões m³ (39 milhões de boe*). Estes resultados estão em linha com o relatório de certificação anterior, considerando a produção anual, demonstrando a estabilidade e visibilidade desse importante ativo.

Também registramos progressos como operadora do Campo de Atlanta. Após a contratação do FPSO no final de 2014, recentemente anunciamos a seleção de duas das principais empresas de tecnologia do mundo, a GE Oil and Gas e a McDermott International Inc., que fornecerão os equipamentos e farão as instalações submarinas do SPA de Atlanta. São parceiros de nível internacional que nos fornecerão soluções tecnológicas sofisticadas, garantindo que atinjamos a meta de extração do primeiro óleo em meados de 2016.

No nosso portfólio exploratório, nosso foco é em projetos de grande potencial voltados para criação de valor significativo no longo prazo. Na descoberta de Carcará, um dos nosso principais ativos exploratórios em águas profundas, as operações avançam de acordo com o previsto. A perfuração do segundo poço de extensão está em andamento, com a profundidade final a ser atingida até o final do 2T15, e os testes estão programados para o segundo semestre do ano. Ainda no ano de 2015 prevemos a conclusão da perfuração do primeiro poço. Os dados a serem obtidos a partir desses dois poços serão fundamentais para o planejamento do sistema de produção de Carcará. Com base no desempenho operacional e nos resultados obtidos até o momento, estamos confiantes em relação à exploração e eventual desenvolvimento desta importante descoberta.

O início da perfuração do prospecto de Guanxuma, na seção pré-sal da Bacia de Santos, a 30 km da descoberta de Carcará, está previsto para o final de 2015. Da mesma forma, esperamos iniciar a perfuração no Bloco BM-CAL-12 no final deste ano. Além disso, estamos empenhados na aquisição e processamento de dados sísmicos relacionados aos oito blocos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações.

Além do nosso portfólio atual, temos diversas oportunidades de crescimento. Estamos nos preparando para avaliar as áreas que entrarão na 13ª Rodada de licitações da ANP, utilizando a experiência acumulada do nosso corpo técnico. Também estamos preparados para avaliar oportunidades que possam surgir de blocos offshore no Brasil, incluindo qualquer potencial desinvestimento da Petrobras.

Eventos recentes trouxeram uma estabilidade adicional ao nosso ambiente operacional. O anúncio da divulgação das demonstrações financeiras de 2014 da Petrobras e da próxima rodada de licitações da ANP sinalizaram uma melhoria de sentimento na indústria de óleo e gás no país, enquanto o preço do petróleo no mercado internacional se mostra mais estável. Outras medidas de caráter macroeconômico e regulatórios em discussão também contribuem para a melhoria de sentimento do ambiente de negócios do país.

Em resumo, a QGEP permanece diferenciada no mercado como uma empresa brasileira do setor de petróleo e gás devido a sua resiliência que permitiu com que tivesse bom desempenho em um período de condições desafiadoras de mercado. Em termos operacionais, isso inclui nossa carteira de ativos diversificada e o equilíbrio entre a atuação como operadora e em parcerias, bem como entre produção, desenvolvimento e projetos exploratórios. Do ponto de vista financeiro, constituem nosso diferencial a solidez do balanço patrimonial, a confortável posição de caixa líquido e o fluxo de caixa operacional positivo. Além disso, nossa receita e geração de caixa operacional no curto prazo não estão ligados à cotação do petróleo, o que representa uma proteção adicional contra a volatilidade dos preços verificados no período.

Desempenho Financeiro

As demonstrações financeiras abaixo apresentam as informações financeiras consolidadas da Companhia no 1T15, 1T14 e 4T14. Alguns percentuais e outros números incluídos neste relatório foram arredondados para facilitar a apresentação, podendo, assim, apresentar pequenas diferenças em relação às tabelas e notas constantes nas informações trimestrais. Ademais, pela mesma razão, os valores totais apresentados em determinadas tabelas podem não refletir a soma aritmética dos valores precedentes.

Informações Econômicas e Financeiras Consolidadas (R\$ milhões)

	1T15	1T14	Δ%	4T14	Δ%
Lucro Líquido	28,9	25,1	15,1%	44,9	-35,6%
Depreciação e amortização	28,4	29,0	-1,9%	28,8	-1,5%
(Receita financeira líquida)/ despesa	(29,8)	(20,1)	-48,2%	(24,9)	-19,4%
Imposto de renda e contribuição social	45,4	16,8	169,9%	(16,3)	379,3%
EBITDA⁽¹⁾	72,9	50,8	43,6%	32,5	124,4%
Despesas de exploração de óleo e gás com poços secos ou sub-comerciais ⁽²⁾	0,2	31,8	-99,3%	38,6	-99,4%
EBITDAX⁽³⁾	73,1	82,5	-11,4%	71,1	2,9%
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	57,9%	39,9%	45,1%	36,3%	-36,9%
Margem EBITDAX ⁽⁵⁾	58,1%	64,8%	-10,5%	57,6%	0,8%
Caixa Líquido ⁽⁶⁾	851,9	827,6	-2,9%	877,7	2,9%
(Dívida Líquida)/EBITDAX	(3,09)	(3,00)	-3,1%	(3,08)	5,4%

⁽¹⁾ O cálculo do EBITDA considera o lucro antes do imposto de renda, contribuição social, resultado financeiro e despesas de amortização. O EBITDA não é uma medida financeira segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS. Tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. É possível que outras empresas calculem o EBITDA de maneira diferente da empregada pela QGEP. Além disso, como medida da lucratividade da Empresa, o EBITDA apresenta limitações por não considerar certos custos inerentes ao negócio que podem afetar os resultados líquidos de maneira significativa, tais como despesas financeiras, tributos e amortização. A QGEP usa o EBITDA como um indicador complementar de seu desempenho operacional.

⁽²⁾ Despesas com exploração relacionadas a poços sub-comerciais ou a volumes não operacionais.

⁽³⁾ O EBITDAX é uma medida usada pelo setor de petróleo e gás calculada da seguinte maneira: EBITDA + despesas de exploração com poços secos ou sub-comerciais.

⁽⁴⁾ EBITDA dividido pela receita líquida.

⁽⁵⁾ EBITDAX dividido pela receita líquida.

⁽⁶⁾ A dívida líquida corresponde ao endividamento total, que inclui empréstimos e financiamentos circulantes e de longo prazo, bem como instrumentos financeiros derivativos, sem considerar nem as disponibilidades nem as aplicações financeiras. O endividamento líquido não é medida reconhecida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as U.S. GAAP, as IFRS, bem como qualquer outro sistema de princípios contábeis geralmente aceitos. É possível que outras empresas calculem o endividamento líquido de maneira diferente da empregada pela QGEP.

Resultado Operacional

Demonstração dos Resultados (R\$ milhões)

	1T15	1T14	Δ%	4T14	Δ%
Receita líquida	126,0	127,3	-1,0%	123,5	2,0%
Custos operacionais	(56,7)	(57,8)	2,0%	(60,9)	6,9%
Lucro bruto	69,3	69,5	-0,3%	62,6	10,7%
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	(14,7)	(12,2)	-20,7%	(20,0)	26,5%
Equivalência patrimonial	0,1	(0,0)	N/A	(0,2)	176,5%
Gastos exploratórios de óleo e gás	(10,2)	(35,5)	71,2%	(38,7)	73,6%
Lucro (Prejuízo) operacional	44,5	21,8	104,1%	3,7	N/A
Receita (Despesa) financeira líquida	29,8	20,1	48,2%	24,9	19,4%
Lucro antes dos impostos e contribuição social	74,3	41,9	77,3%	28,6	159,8%
Imposto de renda e contribuição social social diferidos e correntes	(45,4)	(16,8)	-169,9%	16,3	-379,3%
Lucro líquido	28,9	25,1	15,1%	44,9	-35,6%

A receita líquida do 1T15 foi de R\$126,0 milhões, comparada a R\$127,3 milhões no 1T14 e R\$123,5 milhões no 4T14. A diminuição da receita no comparativo com o mesmo trimestre do ano anterior reflete a queda temporária da produção de gás de Manati, compensada em parte pelo reajuste do preço do contrato de venda de gás natural relativo a esse campo. Já o aumento ante o trimestre imediatamente anterior deve-se ao efeito do reajuste anual ligado a inflação.

Os custos operacionais do primeiro trimestre somaram R\$56,7 milhões, estáveis em relação aos R\$57,8 milhões registrados no 1T14 e aos R\$60,9 milhões do 4T14. Os custos operacionais estão distribuídos conforme segue:

Custos operacionais (R\$ milhões)

	1T15	1T14	Δ%	4T14	Δ%
Depreciação	27,5	28,1	-2,1%	29,3	-6,1%
Custos de produção	15,1	13,1	15,6%	14,5	4,1%
<i>Royalties</i>	9,4	9,7	-2,3%	9,7	-2,4%
Custos de manutenção	1,4	2,7	-47,6%	3,5	-58,9%
Participação especial	2,0	2,9	-32,6%	2,6	-24,2%
P&D	1,3	1,4	-8,2%	1,4	-7,5%
TOTAL	56,7	57,8	-2,0%	60,9	-6,9%

Despesas Gerais e Administrativas

No 1T15, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$14,7 milhões, ante R\$12,2 milhões no 1T14 e R\$20,0 milhões no 4T14.

O aumento no comparativo ano a ano está relacionado, principalmente, ao incremento nos serviços de consultorias para aprimoramento dos sistemas de gestão da Companhia, entre outras.

Em relação ao trimestre anterior, observa-se redução dessas despesas, sobretudo em função do registro, no 4T14, de despesas adicionais de participação nos lucros anuais.

Gastos Exploratórios

Os gastos exploratórios somaram R\$10,2 milhões no 1T15, comparados a R\$35,5 milhões no 1T14 e R\$38,7 milhões no 4T14. Os dispêndios do 1T15 são, em grande parte, representados pela contratação da aquisição, processamento e interpretação de dados geológicos e geofísicos relativos aos blocos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações. No 1T14, a QGEP registrou baixa de R\$28,1 milhões, relacionadas à devolução da área de Biguá à ANP, enquanto que no 4T14, a QGEP contabilizou baixa de R\$34,3 milhões correspondente à devolução do Bloco BM-CAL-5 à ANP.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido no 1T15 foi de R\$29,8 milhões, um aumento em comparação com o valor de R\$20,1 milhões registrado no 1T14 e R\$24,9 milhões no 4T14.

Na comparação ano a ano, o aumento do resultado financeiro líquido foi de 48,2%. Este aumento deveu-se à receita financeira de R\$88,3 milhões, relativa aos rendimentos dos fundos exclusivos da Companhia, em função do aumento da taxa de juros aliado, principalmente, a ganhos cambiais devido a desvalorização do Real sobre os fundos de hedge da Companhia. Este ganho foi parcialmente reduzido por uma despesa financeira de R\$58,4 milhões relativa a variação cambial sobre o saldo da provisão de abandono.

Desta forma, o aumento do resultado financeiro no comparativo anual e trimestral deveu-se, principalmente, à significativa variação cambial relacionada à desvalorização do Real de 20,8% no 1T15, considerando a taxa de câmbio PTAX.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social foi de R\$45,4 milhões no 1T15, ante R\$16,8 milhões no 1T14 e R\$16,3 milhões no 4T14.

Este aumento deveu-se principalmente à forte desvalorização do real sobre o dólar no 1T15, gerando dois efeitos: (a) aumento significativo na lucratividade nos fundos cambiais e (b) efeito negativo da variação cambial sobre a provisão de abandono. Este último efeito não é dedutível para fins de cálculo do imposto de renda.

Lucro Líquido

No 1T15, o lucro líquido totalizou R\$28,9 milhões, o que representa aumento de 15,1% em relação aos R\$25,1 milhões registrados no 1T14, porém, decréscimo de 35,6% em comparação com os R\$44,9 milhões do 4T14.

O incremento observado ante igual trimestre de 2014 se deve ao menor custo exploratório, compensada em parte pelo aumento do imposto de renda e da contribuição social, conforme explicado acima.

Na avaliação comparativa com o 4T14, as variações na linha de do imposto de renda e contribuição social explicam o desempenho a menor.

Destaques do Balanço e Fluxo de Caixa

	1T15	4T14	Δ%
Ativo			
Ativo Circulante	1.417,1	1.339,7	5,8%
Caixa e equivalentes de caixa	131,1	117,2	11,9%
Aplicações financeiras	1.089,7	1.011,4	7,7%
Contas a receber	99,3	101,6	-2,3%
Estoques	54,3	54,5	-0,4%
Impostos a recuperar	27,5	33,7	-18,4%
Créditos com parceiros	11,6	19,3	-40,0%
Outros	3,7	2,0	89,8%
Ativo Não Circulante	1.988,9	1.831,3	8,6%
Caixa restrito	53,8	27,9	92,9%
Aplicações financeiras	120,3	-	N/A
Impostos a recuperar	2,8	2,7	7,3%
Imposto de renda e contribuição diferidos	4,5	19,4	-76,8%
Investimentos	37,3	22,8	63,1%
Imobilizado	1.130,0	1.121,4	0,8%
Ativos intangíveis	630,1	630,5	0,1%
Partes Relacionadas	6,7	4,9	37,7%
Outros	3,3	1,8	84,4%
Total do Ativo	3.406,0	3.171,1	7,4%
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante	129,4	110,6	17,0%
Contas a pagar	35,7	35,2	1,3%
Impostos a pagar	53,8	26,3	104,4%
Remuneração e obrigações sociais	6,8	17,9	-62,3%
Contas a pagar – partes relacionadas	0,3	0,3	1,2%
Empréstimos e financiamentos	0,4	0,4	15,0%
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	13,6	12,8	6,4%
Seguros a pagar	8,4	6,3	33,8%
Outros	10,5	11,4	-8,2%
Passivo Não Circulante	710,1	531,6	33,6%
Obrigações fiscais a pagar	2,2	-	N/A
Empréstimos e financiamentos	368,4	250,5	47,1%
Provisão para abandono	339,5	281,1	20,8%
Patrimônio Líquido	2.566,5	2.528,8	1,5%
Capital social	2.078,1	2.078,1	0,0%
Outros resultados abrangentes	12,3	5,4	127,5%
Reserva de lucros	494,7	494,7	0,0%
Reserva de capital	(47,5)	(49,4)	3,7%
Lucro líquido do período	28,9	0,0	N/A
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.406,0	3.171,1	7,4%

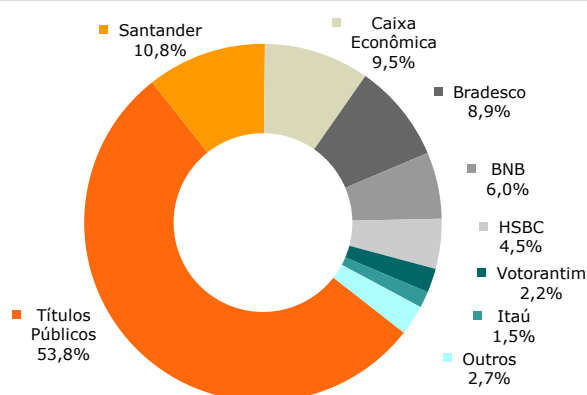
Caixa (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras)

No encerramento do 1T15, a Companhia registrava saldo de caixa consolidado de R\$1,3 bilhão, sendo R\$851,9 milhões de caixa líquido.

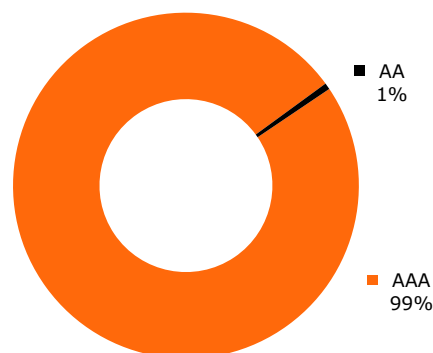
Em 31/03/2015, R\$374,5 milhões do caixa da QGEP estavam aplicadas em fundos cambiais e investimentos offshore de modo a ser um instrumento de *hedge* para as obrigações de médio prazo denominadas em dólares.

O saldo remanescente estava investido em instrumentos financeiros expressos em reais. Em 31/03/15, o rendimento médio anual desses investimentos era de 102% do CDI e 83% dos fundos contavam com liquidez diária. Os investimentos em reais encontravam-se distribuídos conforme os gráficos abaixo:

Aplicações Financeiras



Ratings*



*Não inclui títulos públicos.

Endividamento

O endividamento total em 31/03/2015 era de R\$368,9 milhões, ante R\$250,9 milhões no final do 4T14. Esses empréstimos consistiam de R\$253,3 milhões oriundos do pacote de financiamento da Companhia junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e R\$117,8 milhões de uma linha de crédito do Banco do Nordeste do Brasil.

Quanto aos recursos tomados com a FINEP, estes fazem parte de um pacote de financiamento que visa a dar suporte ao desenvolvimento do SPA do Campo de Atlanta e consiste de duas linhas de crédito, uma à taxa fixa de 3,5% ao ano, e outra à taxa flutuante ligada à TJLP. Ambas têm período de carência de três anos e prazo de pagamento de sete anos. A QGEP conta com uma linha de crédito total com a FINEP de R\$266,1 milhões.

Em setembro de 2014, a QGEP assinou contrato de financiamento de R\$232,8 milhões com o Banco do Nordeste do Brasil, destinado à exploração dos ativos da Companhia no Nordeste. O empréstimo, cujo custo é de 4,71% ao ano, possui um período de carência de cinco anos e período de amortização de sete anos. Até 31 de março de 2015, a QGEP havia sacado R\$117,8 milhões de tal linha de crédito.

Fluxo de Caixa Operacional

A Companhia registrou fluxo de caixa operacional de R\$157,0 milhões no 1T15, ante R\$40,6 milhões no 1T14 e R\$77,1 milhões no 4T14. A ligeira redução na produção de Manati foi compensada pelo reajuste do preço de venda do gás e pelo aumento na rentabilidade das aplicações financeiras, devido ao aumento do CDI e, principalmente, à valorização do dólar no trimestre.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (R\$ milhões)

	1T15	1T14	Δ%	4T14	Δ%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período	28,9	25,1	15,1%	44,9	-35,6%
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais:					
Amortização e depreciação	28,4	29,0	-1,9%	28,8	-1,5%
Equivalência patrimonial	(0,1)	0,0	N/A	0,2	-176,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	14,9	16,8	-11,4%	(14,8)	-200,7%
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	2,7	1,5	82,3%	1,2	124,3%
Baixa de imobilizado	0,1	32,5	-99,8%	38,4	-99,8%
Provisão para o plano de opção de ações	1,8	2,7	-32,7%	2,0	-8,7%
Provisão para Imposto de Renda e contribuição social	(30,5)	-	N/A	32,4	-194,1%
Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	0,8	1,3	-36,0%	1,1	-26,5%
Variação cambial sobre provisão para abandono	58,4	2,2	N/A	30,9	89,3%
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:	11,2	30,2	-62,9%	(36,8)	-130,4%
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:	40,4	(100,7)	140,2%	(51,2)	-178,9%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	157,0	40,6	286,7%	77,1	103,5%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(267,8)	(103,8)	-157,9%	(192,2)	39,4%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	117,8	(18,5)	N/A	83,5	41,1%
Total de variação cambial sobre caixa e equivalentes	6,9	(0,8)	N/A	2,1	223,1%
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	13,9	(82,6)	116,8%	(29,4)	-147,3%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	117,2	357,8	-67,2%	146,5	-20,0%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	131,1	275,2	-52,4%	117,2	11,9%
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	13,9	(82,6)	116,8%	(29,3)	-147,4%

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
QGEP Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da QGEP Participações S.A. (“Companhia”) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITRs, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITRs. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidado do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITRs, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards -IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8

John Alexander Harold Auton
Contador
CRC 1RJ 078.183/O-2

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2015 à 01/03/2015	6
DMPL - 01/01/2014 à 01/03/2014	7
Demonstração do Valor Adicionado	8

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
Balanço Patrimonial Passivo	10
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2015 à 01/03/2015	15
DMPL - 01/01/2014 à 01/03/2014	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.566.927	2.528.973
1.01	Ativo Circulante	4.917	6.200
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	75	1
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.389	2.897
1.01.06	Tributos a Recuperar	62	25
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62	25
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.391	3.277
1.01.08.03	Outros	3.391	3.277
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	3.277	3.277
1.01.08.03.05	Outros	114	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.562.010	2.522.773
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	1
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	0	1
1.02.02	Investimentos	2.562.010	2.522.772
1.02.02.01	Participações Societárias	2.562.010	2.522.772
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.562.010	2.522.772

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.566.927	2.528.973
2.01	Passivo Circulante	456	145
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	47	50
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	47	50
2.01.02	Fornecedores	354	47
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	354	47
2.01.03	Obrigações Fiscais	53	48
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	53	48
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	53	48
2.01.05	Outras Obrigações	2	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.566.471	2.528.828
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-47.529	-49.375
2.03.02.04	Opções Outorgadas	33.478	31.632
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-81.007	-81.007
2.03.04	Reservas de Lucros	494.677	494.677
2.03.04.01	Reserva Legal	28.426	28.426
2.03.04.10	Reserva para investimento	466.251	466.251
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.899	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	12.308	5.410

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 01/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 01/03/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	28.829	25.071
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.236	-1.104
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.065	26.175
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	28.829	25.071
3.06	Resultado Financeiro	70	29
3.06.01	Receitas Financeiras	73	31
3.06.02	Despesas Financeiras	-3	-2
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	28.899	25.100
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.899	25.100
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.899	25.100
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,11000	0,09000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,11000	0,09000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 01/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 01/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	28.899	25.100
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.898	1.355
4.03	Resultado Abrangente do Período	35.797	26.455

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 01/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 01/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.005	-1.186
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.166	-1.075
6.01.01.01	Lucro líquido do período	28.899	25.100
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-30.065	-26.175
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	277	-13
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-37	-6
6.01.02.03	Fornecedores	307	-9
6.01.02.04	Impostos a recolher	5	2
6.01.02.07	Partes relacionadas	2	0
6.01.03	Outros	-116	-98
6.01.03.01	Outros ativos	-113	-97
6.01.03.02	Outros passivos	-3	-1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.079	20.507
6.02.02	Aplicações financeiras	1.508	0
6.02.04	Pagamentos de investimento	-429	20.507
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-18.508
6.03.02	Ações em tesouraria	0	-18.508
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	74	813
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	268
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75	1.081

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 01/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-49.375	494.677	0	5.410	2.528.828
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-49.375	494.677	0	5.410	2.528.828
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.899	6.898	35.797
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.899	0	28.899
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.898	6.898
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	6.898	6.898
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.846	0	0	0	1.846
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.846	0	0	0	1.846
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-47.529	494.677	28.899	12.308	2.566.471

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 01/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-39.873	368.623	0	2.191	2.409.057
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-39.873	368.623	0	2.191	2.409.057
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-18.507	0	0	0	-18.507
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-18.507	0	0	0	-18.507
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.100	-836	24.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.100	0	25.100
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-836	-836
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-836	-836
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	2.744	0	0	0	2.744
5.06.01	Constituição de Reservas	0	2.744	0	0	0	2.744
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-55.636	368.623	25.100	1.355	2.417.558

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 01/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 01/03/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-394	-418
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-394	-418
7.03	Valor Adicionado Bruto	-394	-418
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-394	-418
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.138	26.206
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.065	26.175
7.06.02	Receitas Financeiras	73	31
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	29.744	25.788
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	29.744	25.788
7.08.01	Pessoal	708	573
7.08.01.01	Remuneração Direta	668	528
7.08.01.02	Benefícios	40	45
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	134	106
7.08.02.01	Federais	134	106
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3	9
7.08.03.01	Juros	0	2
7.08.03.03	Outras	3	7
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.899	25.100

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	3.406.035	3.171.062
1.01	Ativo Circulante	1.417.099	1.339.715
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	131.087	117.191
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.089.661	1.011.417
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.089.661	1.011.417
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.089.661	1.011.417
1.01.03	Contas a Receber	99.264	101.627
1.01.03.01	Clientes	99.264	101.627
1.01.04	Estoques	54.261	54.477
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.479	33.692
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.479	33.692
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.347	21.311
1.01.08.03	Outros	15.347	21.311
1.01.08.03.02	Outros	3.734	1.967
1.01.08.03.03	Créditos com parceiros	11.613	19.344
1.02	Ativo Não Circulante	1.988.936	1.831.347
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	191.513	56.650
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	136.042	0
1.02.01.01.03	Títulos mantido até o vencimento	136.042	0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	38.075	27.916
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	38.075	27.916
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.492	19.392
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.492	19.392
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.719	4.878
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	6.719	4.878
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.185	4.464
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	2.848	2.654
1.02.01.09.05	Prêmio de seguro a amortizar	3.337	1.810
1.02.02	Investimentos	37.253	22.843
1.02.02.01	Participações Societárias	37.253	22.843
1.02.03	Imobilizado	1.130.022	1.121.384
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	429.021	433.763
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	701.001	687.621
1.02.04	Intangível	630.148	630.470
1.02.04.01	Intangíveis	630.148	630.470
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	625.723	625.723
1.02.04.01.02	Outros	4.425	4.747

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	3.406.035	3.171.062
2.01	Passivo Circulante	129.437	110.607
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.760	17.914
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.329	2.005
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.431	15.909
2.01.02	Fornecedores	35.658	35.199
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	35.658	35.199
2.01.02.01.01	Fornecedores	35.658	35.199
2.01.03	Obrigações Fiscais	53.778	26.313
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	43.187	15.499
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	28.921	938
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	13.248	13.383
2.01.03.01.03	Outros	1.018	1.178
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.803	4.739
2.01.03.02.01	ICMS	4.803	4.739
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.788	6.075
2.01.03.03.01	Royalties	3.250	3.236
2.01.03.03.02	Participação especial	2.104	2.514
2.01.03.03.03	Outros	434	325
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	445	387
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	445	387
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	445	387
2.01.05	Outras Obrigações	19.214	18.034
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	340	336
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	340	336
2.01.05.02	Outros	18.874	17.698
2.01.05.02.04	Outros	10.500	11.442
2.01.05.02.05	Seguros a pagar	8.374	6.256
2.01.06	Provisões	13.582	12.760
2.01.06.02	Outras Provisões	13.582	12.760
2.01.06.02.04	Provisões para Pesquisa e Desenvolvimento	13.582	12.760
2.02	Passivo Não Circulante	710.127	531.627
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	368.429	250.528
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	368.429	250.528
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	368.429	250.528
2.02.02	Outras Obrigações	2.204	0
2.02.02.02	Outros	2.204	0
2.02.04	Provisões	339.494	281.099
2.02.04.02	Outras Provisões	339.494	281.099
2.02.04.02.04	Provisão para Abandono	339.494	281.099
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.566.471	2.528.828
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-47.529	-49.375
2.03.02.04	Opções Outorgadas	33.478	31.632
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-81.007	-81.007
2.03.04	Reservas de Lucros	494.677	494.677

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04.01	Reserva Legal	28.426	28.426
2.03.04.10	Reserva para investimento	466.251	466.251
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.899	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	12.308	5.410

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2015 à 01/03/2015	01/01/2014 à 01/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	125.984	127.305
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-56.672	-57.804
3.03	Resultado Bruto	69.312	69.501
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.794	-47.688
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.718	-12.197
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.208	-35.464
3.04.05.01	Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	-10.208	-35.464
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	132	-27
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	44.518	21.813
3.06	Resultado Financeiro	29.798	20.112
3.06.01	Receitas Financeiras	88.328	20.289
3.06.01.01	Juros de aplicações financeiras	88.323	12.462
3.06.01.02	Variação cambial ativa	5	7.827
3.06.02	Despesas Financeiras	-58.530	-177
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-135	-177
3.06.02.02	Variação cambial passiva	-58.395	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	74.316	41.925
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-45.417	-16.825
3.08.01	Corrente	-30.515	0
3.08.02	Diferido	-14.902	-16.825
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.899	25.100
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	28.899	25.100
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	28.899	25.100
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,11000	0,09000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 01/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 01/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	28.899	25.100
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.898	1.355
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	35.797	26.455
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	35.797	26.455

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 01/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 01/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	156.982	40.593
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	105.348	111.082
6.01.01.01	Lucro líquido do período	28.899	25.100
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-132	27
6.01.01.03	Amortização e depreciação	28.403	28.961
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.902	16.825
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	2.658	1.458
6.01.01.06	Baixa de imobilizado/intangível	70	32.527
6.01.01.07	Despesa com plano de opção de ação	1.846	2.744
6.01.01.08	Provisão para imposto de renda e contribuição social	-30.515	0
6.01.01.09	Provisão (reversão) para pesquisa e desenvolvimento	822	1.285
6.01.01.10	Variação cambial e complemento sobre provisão de abandono	58.395	2.155
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	58.799	-93.250
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	2.363	-934
6.01.02.02	Impostos a recuperar	6.019	85
6.01.02.03	Fornecedores	-7.234	-92.364
6.01.02.04	Impostos a recolher	60.247	6.913
6.01.02.05	Juros pagos	-2.600	-1.335
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-5.622
6.01.02.07	Partes relacionadas	4	7
6.01.03	Outros	-7.165	22.761
6.01.03.01	Outros ativos	2.812	31.036
6.01.03.02	Outros passivos	-9.977	-8.275
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-267.819	-103.844
6.02.01	Caixa restrito	-25.922	-5.700
6.02.02	Aplicações financeiras	-198.523	-72.513
6.02.03	Aumento de capital de empresas no exterior	-8.386	-2.078
6.02.04	Pagamentos de investimentos	-5.892	1.509
6.02.05	Pagamentos de imobilizado	-29.046	-24.715
6.02.06	Pagamentos de intangível	-50	-347
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	117.835	-18.508
6.03.01	Liberação de empréstimo	117.835	0
6.03.02	Ações em tesouraria	0	-18.508
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	6.898	-836
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.896	-82.595
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	117.191	357.765
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	131.087	275.170

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 01/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-49.375	494.677	0	5.410	2.528.828	0	2.528.828
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-49.375	494.677	0	5.410	2.528.828	0	2.528.828
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.899	6.898	35.797	0	35.797
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.899	0	28.899	0	28.899
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.898	6.898	0	6.898
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	6.898	6.898	0	6.898
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.846	0	0	0	1.846	0	1.846
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.846	0	0	0	1.846	0	1.846
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-47.529	494.677	28.899	12.308	2.566.471	0	2.566.471

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 01/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-39.873	368.623	0	2.191	2.409.057	0	2.409.057
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-39.873	368.623	0	2.191	2.409.057	0	2.409.057
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-18.507	0	0	0	-18.507	0	-18.507
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-18.507	0	0	0	-18.507	0	-18.507
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.100	-836	24.264	0	24.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.100	0	25.100	0	25.100
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-836	-836	0	-836
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-836	-836	0	-836
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	2.744	0	0	0	2.744	0	2.744
5.06.01	Constituição de Reservas	0	2.744	0	0	0	2.744	0	2.744
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-55.636	368.623	25.100	1.355	2.417.558	0	2.417.558

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 01/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 01/03/2014
7.01	Receitas	186.219	185.569
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	156.866	160.439
7.01.02	Outras Receitas	307	415
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	29.046	24.715
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-59.506	-76.539
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-27.562	-52.105
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.676	-20.036
7.02.04	Outros	-4.268	-4.398
7.03	Valor Adicionado Bruto	126.713	109.030
7.04	Retenções	-28.447	-29.018
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.447	-29.018
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	98.266	80.012
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	92.923	12.484
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	132	-27
7.06.02	Receitas Financeiras	88.323	12.511
7.06.03	Outros	4.468	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	191.189	92.496
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	191.189	92.496
7.08.01	Pessoal	12.211	14.170
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.080	12.519
7.08.01.02	Benefícios	2.758	1.116
7.08.01.03	F.G.T.S.	-627	535
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	86.396	59.775
7.08.02.01	Federais	60.842	32.865
7.08.02.02	Estaduais	14.190	14.335
7.08.02.03	Municipais	11.364	12.575
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	63.683	-6.549
7.08.03.01	Juros	0	114
7.08.03.02	Aluguéis	690	957
7.08.03.03	Outras	62.993	-7.620
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.899	25.100
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.899	25.100

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

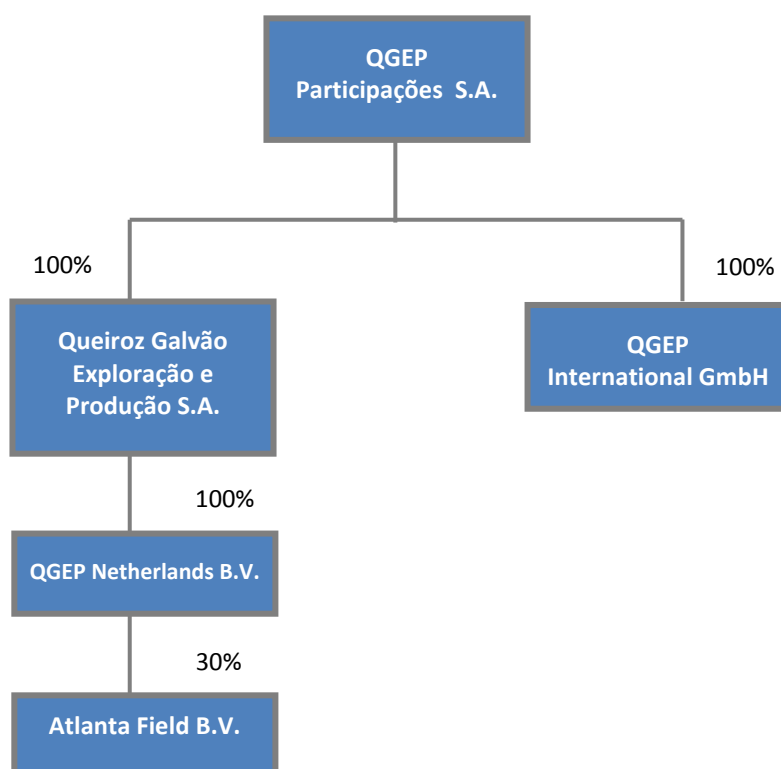
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Estrutura societária

A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1301, Rio de Janeiro (“Companhia” ou “QGEPP”) tem como objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Em 31 de março de 2015 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



A controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”) foi constituída em 16 de outubro de 2009 e tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Em 31 de janeiro de 2013, foi constituída a QGEP Netherlands B.V. (“QGEP B.V.”), com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da QGEP tendo como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas.

Em 2 de novembro de 2012, foi constituída pela QGEP a sociedade Atlanta Field B.V. (“AFBV”), com sede na cidade de Roterdã, Holanda, controlada indireta da QGEP e direta da QGEP B.V., tendo como objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da área de concessão e, ainda, adquirir, administrar, operar equipamentos, incluindo a equipamentos registrados para apoiar as atividades declaradas do Grupo. Em 21 de fevereiro de 2013, a OGX Netherlands Holding B.V e a FR Barra 1S.àr.l., em função da parceria com a QGEP na concessão do Bloco BS-4, ingressaram na estrutura da AFBV através de aumento de capital, passando a deter 40% e 30%, respectivamente, de participação na AFBV. A QGEP B.V., nesta mesma data, passou a deter participação de 30% na AFBV.

Em 3 de outubro de 2013, foi constituída a QGEP International GmbH (“QGEP International”), com sede na cidade de Viena, Áustria, subsidiária integral da QGEP tendo como objeto social aquisição de empresas na Áustria e exterior, constituição e gestão de empresas subsidiárias na Áustria e exterior e gestão de seus ativos.

Histórico Operacional:

As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (“E&P”) são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas, são referidas em conjunto nestas informações financeiras trimestrais como “Grupo”.

Em 31 de março de 2015, o Grupo apresenta em seu portfólio a participação em treze concessões de E&P localizadas na porção offshore da Margem Continental brasileira (nota explicativa 21). Todas as concessões pertencem a controlada QGEP.

As concessões BCAM-40 e BS-4 estão na fase de produção e desenvolvimento, respectivamente. No BCAM-40 estão situados os campos de Manati e Camarão Norte, que se encontram, respectivamente, nas fases de produção e desenvolvimento da produção. No BS-4 estão situados os campos de Atlanta e Oliva, que se encontram em desenvolvimento da produção.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoo o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira).

No quarto trimestre de 2014, a ANP aprovou o Plano de Avaliação de Descoberta (PAD) do Bloco BM-J-2. O bloco está localizado em águas rasas da Bacia de Jequitinhonha, e a QGEP é a operadora com 100% de participação. No âmbito deste Plano, a QGEP compromete-se a realizar o reprocessamento sísmico e a reinterpretação geológica do Bloco. Essas atividades deverão ser concluídas até o final do exercício a findar em 31 de dezembro de 2015, quando se tomará a decisão sobre os próximos passos do projeto. O PAD relacionado à Notificação de Descoberta protocolada na ANP em agosto de 2013 foi baseado na identificação de potenciais zonas de interesse na seção pré-sal do poço Alto de Canavieiras (1-QG-5A-BAS).

O Bloco BS-4 engloba os Campos de Oliva e Atlanta, cujo desenvolvimento já está em andamento. O Campo de Oliva é um campo de óleo do pós-sal, localizado no Bloco BS-4, a 17 km do Campo de Atlanta. Em 21 de agosto de 2013, a QGEP recebeu a aprovação do Plano de Desenvolvimento (PD) do Campo de Oliva. O PD aprovado prevê a perfuração de um poço de Aquisição de Dados de Reservatório no exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, seguido de um teste, de forma a comprovar a estimativa de reservas e suportar a curva de produção. Também está prevista a perfuração de cinco poços de produção e três poços de injeção, todos horizontais, que serão conectados às facilidades instaladas no Campo de Atlanta. O primeiro óleo de Oliva é esperado no exercício a findar em 31 de dezembro de 2021. No primeiro semestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os dois primeiros poços horizontais do Sistema de Produção Antecipada (SPA) no Campo de Atlanta foram perfurados e completados. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram assinados os contratos de afretamento e operação da unidade de produção (FPSO - unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência) Petrojarl I para desenvolver o Campo por meio do SPA. O navio contratado está sendo adaptado, na Holanda, de acordo com nossas especificações, com previsão de entrega no Campo no primeiro semestre de 2016 e início de produção em meados do mesmo ano. O CAPEX total estimado para o SPA é de USD 733 milhões, sendo USD 220 milhões líquidos para a QGEP. Este montante é referente a um sistema com três poços produtores, com o início da perfuração do terceiro poço ao final do exercício a findar em 31 de dezembro de 2015. Até 31 de março de 2015, a QGEP já havia desembolsado USD 139 milhões do CAPEX total do SPA.

As concessões adquiridas na 11^a rodada de licitação da ANP, nas bacias da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Ceará, Pernambuco-Paraíba e Espírito Santo, estão em fase de aquisição sísmica 3D. O total acumulado gasto até 31 de março de 2015 é de R\$24.862. A programação para perfuração de poços, onde temos o compromisso no primeiro período, deverá ocorrer no exercício a findar em 31 de dezembro de 2017.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações financeiras trimestrais consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem:

- As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB;

As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como aquelas emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo encontra-se descrito nos tópicos abaixo:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o período estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, conforme aplicável.

Nas informações financeiras trimestrais individuais da Companhia as informações financeiras trimestrais das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações financeiras trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações financeiras trimestrais consolidadas, exceto o investimento em sua joint venture.

Participações da Companhia em controladas

As informações financeiras trimestrais da Companhia, em 31 de março de 2015, compreendem as informações financeiras de suas controladas diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	<u>País de operação</u>	<u>Controle</u>	<u>Porcentagem de participação - %</u>	
			<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
QGEP	Brasil	Direto	100%	100%
QGEP International	Áustria	Direto	100%	100%
QGEP B.V.	Holanda	Indireto	100%	100%

2.4. Participações em negócios em conjunto (“*joint venture*”)

Uma “*joint venture*” é um acordo contratual através do qual uma Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “*joint venture*” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de “*joint venture*” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A controlada indireta QGEP B.V. apresenta participação em entidade controlada em conjunto nas suas informações financeiras trimestrais usando o método de equivalência patrimonial.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

	<u>País de operação</u>	<u>Controle</u>	<u>Tipo de negócio</u>	<u>Porcentagem de participação - %</u>	
				<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
AFBV	Holanda	Indireto	Negócios em conjunto (<i>Joint venture</i>)	30%	30%

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento, exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida de vendas é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória e de desenvolvimento. Uma vez utilizados, esses materiais são reclassificados de estoque para imobilizado. Os estoques de materiais são registrados ao custo de aquisição e ajustados, quando aplicável, ao valor de sua realização (Nota explicativa 7).

2.8. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.9. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “Exploration for and evaluation of mineral resources”.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade não foram concluídas permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“*dryhole*”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).
- Para transações de *farm-in* em que a Companhia tem efetuado contratos para suportar financeiramente gastos exploratórios do parceiro que procedeu a venda de participação nos blocos exploratórios (“*Farmor*”) e/ou “carrego”: esses gastos compromissados são refletidos nos registros contábeis quando do respectivo progresso dos futuros gastos exploratórios.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento de produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção no momento.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do período.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de *impairment* dos mesmos através do método dos fluxos de caixa esperados pela vida útil estimada de cada ativo e compara o valor presente dos mesmos com o seu valor contábil. Premissas como reservas, câmbio, taxa de desconto e preço do barril são considerados no modelo de teste de *impairment*.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 16). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as premissas financeiras tais como taxas de desconto e efeitos cambiais utilizadas no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do período.

2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.9, os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Sendo aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 31 de março de 2015, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

2.12. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (Nota explicativa 15).

2.13. Obrigações legais

Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Impostos e contribuições a recolher, subgrupo obrigações legais”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

2.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.15. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações financeiras trimestrais. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração.

2.16. Incentivos fiscais

2.16.1. Federais

Por possuir o Campo de Manati que está localizada na área de abrangência da Sudene, a QGEP, detém, o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no Lucro da Exploração durante 10 (dez) anos, começando a usufruir deste benefício desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

Nas subvenções de investimento é necessário observar as restrições previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.16.2. Estaduais

De acordo com o Decreto 13.844/12, do Governo da Bahia, a QGEP usufrui de um crédito presumido de até 20% (vinte por cento) do imposto estadual incidente - ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas de gás natural por estar realizando um investimento em unidade de compressão com o objetivo de viabilizar a manutenção da produção. Este benefício irá perdurar até 2022.

Esta subvenção para investimento do ICMS é registrada na rubrica “impostos incidentes sobre as vendas” e posteriormente, quando do encerramento do exercício, é destinada a rubrica de “Reservas de capital - incentivos fiscais - subvenção para investimentos” no patrimônio líquido.

Nas subvenções de investimento é necessário observar as restrições previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.17. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 24iii.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do período durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações”.

2.18. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.19. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.20. Ativos financeiros

Os ativos financeiros do Grupo estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.20.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB/CDI (pós-fixado), debêntures compromissadas e fundo de investimento exclusivo) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.20.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito e aplicação financeira classificados nesta categoria.

2.20.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. O Grupo possui contas a receber, caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

2.20.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.21. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.21.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. O Grupo possui empréstimos e financiamentos classificados nesta categoria.

2.21.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.22. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das informações financeiras trimestrais, é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada indireta sediada na Holanda, a controlada direta sediada na Áustria e a controlada em conjunto, também sediada na Holanda, utilizam o dólar norte americano (US\$) como moeda funcional. As informações financeiras trimestrais das controladas e controlada em conjunto são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da QGEPP.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02 (R2):

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo).

2.22.1. Conversão de moeda estrangeira

As informações financeiras trimestrais consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão.

2.23. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.24. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.25. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico/ diluído é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no período.

2.26. Novas normas, alterações e interpretações

- a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações, referentes às suas operações, que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os períodos sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 9 / CPC 14	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2018
IFRS 14	Contas de diferimento regulatório	1º de janeiro de 2016
IFRS 15	Receita de contrato com clientes	1º de janeiro de 2017

- b) Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 1º de janeiro de 2015.

As normas a seguir relacionadas, referentes às informações da Companhia, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015 ou em períodos subsequentes.

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os períodos sociais a serem iniciados em ou após</u>
IAS 19 / CPC 33 (R1)	Benefícios a empregados	1º de janeiro de 2015

A Companhia avaliou que as mesmas não possuem um efeito relevante sobre as suas informações e demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, a avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Investimentos mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 31 de março de 2015 é de R\$53.838. Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na Nota explicativa nº 9.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, incluindo valor justo de opção de compra de ações. As notas explicativas 23 e 24 oferecem informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o período, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio, volume de produção, gastos exploratórios e compromissos e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências encontram-se dispostas em nota explicativa das informações financeiras trimestrais (Nota explicativa 15).

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das informações financeiras trimestrais é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados.

Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

3.2.5. Estimativas das reservas provadas e de reservas prováveis (amortização de ativo imobilizado e intangível, provisão para abandono e análises de impairment)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis estimadas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas informações financeiras trimestrais como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (Nota explicativa 2.9), de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment* nos ativos de exploração e produção.

A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar na data base de apresentação quanto a Companhia desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento.

Esta provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos das premissas financeiras tais como taxas de desconto e efeitos cambiais, considerados no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado (Nota explicativa 16).

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidos ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na Nota explicativa 2.9. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação no lucro e resultado paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, indicadores financeiros e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do período com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e depósitos bancários	75	1	36.250	17.444
CDB's e debêntures	-	-	63.784	69.548
Fundo de investimento exclusivo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.053</u>	<u>30.199</u>
Total	<u>75</u>	<u>1</u>	<u>131.087</u>	<u>117.191</u>

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB), operações compromissadas (lastro em debêntures) e investimentos em fundo exclusivo, com alta liquidez. A rentabilidade está indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

Composição do fundo de investimento exclusivo:

<u>Produto</u>	Consolidado	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CDB/ CDI (pós-fixados)	<u>31.053</u>	<u>30.199</u>
Títulos classificados em equivalentes de caixa	<u>31.053</u>	<u>30.199</u>

b) Aplicações financeiras (circulante e não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
CDB (a)	-	-	120.279	-
Fundo cambial	-	-	345.869	285.176
Fundo de investimento exclusivo	-	-	743.792	726.241
Outros investimentos	<u>1.389</u>	<u>2.897</u>	-	-
Total	<u>1.389</u>	<u>2.897</u>	<u>1.209.940</u>	<u>1.011.417</u>
Circulante	<u>1.389</u>	<u>2.897</u>	<u>1.089.661</u>	<u>1.011.417</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>120.279</u>	<u>-</u>

(a) Aplicação financeira categorizada pela Companhia como mantida para vencimento e lastreada em CDB's com vencimento em 2017, motivo pela classificação como não circulante.

A Companhia possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de dois fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à Selic, títulos privados indexados à variação da taxa do CDI e um fundo cambial com o objetivo de atender a política de proteção da empresa. As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos são compostas pelos títulos e saldos demonstrados abaixo:

<u>Produto</u>	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Compromissada (debêntures)	1.389	2.897	67.215	66.900
CDB/CDI (pós-fixado)	-	-	205.876	86.999
Títulos públicos (LFT / NTN) - Fundo de investimento exclusivo	-	-	364.621	344.887
Títulos públicos (LFT e LTN) - Fundo cambial)	-	-	345.869	285.176
Letras Financeiras (*)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>226.359</u>	<u>227.455</u>
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>1.389</u>	<u>2.897</u>	<u>1.209.940</u>	<u>1.011.417</u>

(*) Letras Financeiras dos Bancos Alfa, Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, CEF, HSBC, Itaú, Santander e Votorantim

c) Rentabilidade média

A rentabilidade média dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 102,00% da variação da taxa CDI acumulada do período findo em 31 de março de 2015 (102,34% em 31 de dezembro de 2014).

No trimestre findo em 31 de março de 2015, a variação do fundo cambial foi de 21,27% (PTAX 20,77% -benchmark do fundo). No trimestre findo em 31 de março de 2014, a variação do fundo cambial foi de 4% negativos (PTAX 3,40% negativos - benchmark do fundo).

5. CONTAS A RECEBER

A QGEP tem um contrato de longo prazo a partir de 2007 (vencimento até junho de 2030) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se basicamente a operações de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. CRÉDITOS COM PARCEIROS

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P que são faturados (“cash calls”) ou a serem faturados aos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores a Companhia nos blocos não operados pela QGEP.

Do montante de R\$11.613 registrados em 31 de março de 2015, R\$3.564 referem-se à parcela da consorciada OGX Petróleo e Gás S.A. - Recuperação Judicial (denominada “OGX”) e o restante de outros consorciados (R\$8.049). Os montantes em aberto não se encontram vencidos.

Considerando a atual situação da parceira OGX, a qual se encontra em recuperação judicial, a QGEP está monitorando este processo visando a mitigação de riscos eventualmente associados ao cumprimento das obrigações de pagamento e investimentos dessa consorciada.

7. ESTOQUES

	Consolidado	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Materiais	<u>54.261</u>	<u>54.477</u>
Total	<u>54.261</u>	<u>54.477</u>

O saldo refere-se basicamente a materiais para consumo necessários à execução da campanha de perfuração exploratória e em desenvolvimento do BS-4.

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, descritas na nota explicativa 11, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Ativo - não circulante</u>		
Contas a receber - AFBV (a)	<u>6.719</u>	<u>4.878</u>
Total	<u>6.719</u>	<u>4.878</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Passivo - circulante</u>				
Contas a pagar - QGOG (b)	-	-	7	8
Contas a pagar - AFBV (c)	-	-	333	328
Contas a pagar - Queiroz Galvão S.A. (d)	<u>2</u>	-	-	-
Total	<u>2</u>	-	<u>340</u>	<u>336</u>

	Consolidado	
	<u>01/01/2015</u> a <u>31/03/2015</u>	<u>01/01/2014</u> a <u>31/03/2014</u>
<u>Resultado</u>		
Despesas gerais e administrativas (b)	(23)	(22)
Venda de ativo imobilizado	-	12

- (a) Referem-se a serviços de consultoria técnica prestados pela QGEP para AFBV para aquisição pela controlada no exterior de equipamentos *subsea* (árvore de natal molhada e VSD). Estes valores são pagos em dólar norte-americano.
- (b) O montante decorre do rateio de despesas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG) para contratação de seguros. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m.
- (c) Referem-se ao contrato de arrendamento de equipamentos subaquáticos celebrados entre a QGEP e a AFBV categorizados como arrendamento operacional. Estes valores são pagos em dólares norte-americanos.
- (d) Valores referem-se a dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para a Queiroz Galvão S.A. (QG S.A.).

A Companhia outorgou garantia, em favor da ANP, quanto a todas as obrigações contratuais assumidas pela QGEP nos Contratos de Concessões firmados no âmbito da 11ª Rodada de Licitações.

A Companhia possui outorga de fiança para garantir o financiamento de 3 poços exploratórios, da QGEP nos blocos BM-CAL-5, BM-CAL-12 e BM-J-2, localizados no nordeste, contratado junto ao BNB.

A QGEPP garante através de aval corporativo os empréstimos contratados pela QGEP da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e do BNB (Banco do Nordeste do Brasil).

8.1. Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora	
	<u>01/01/2015</u> a <u>31/03/2015</u>	<u>01/01/2014</u> a <u>31/03/2014</u>
Benefícios de curto prazo	835	663

	Consolidado	
	01/01/2015 a 31/03/2015	01/01/2014 a 31/03/2014
Benefícios de curto prazo	1.951	2.789
Plano de opção de ações	902	1.481

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na Nota explicativa 27.

9. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Aplicação financeira - Garantidoras (a)	15.763	-
Fundo da provisão de abandono (b)	<u>38.075</u>	<u>27.916</u>
Total caixa restrito	<u>53.838</u>	<u>27.916</u>

(a) Garantia para empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 14.

(b) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati, as quais são administradas pela Petrobras (fundo de abandono - vide nota explicativa 16) e integralmente aplicadas no Banco Bradesco. A rentabilidade do fundo foi de 7,32% no período findo em 31 de março de 2015 (8,86% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 1,47% pontos percentuais negativos no período findo em 31 de março de 2014).

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

10.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Antecipação IR e CS	-	-	-	6.419
IRRF sobre aplicação financeira (a)	34	25	2.601	18.169
Impostos a recuperar (b)	28	-	17.329	1.546
Crédito PIS/COFINS (c)	-	-	9.957	9.722
ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado	-	-	<u>440</u>	<u>490</u>
Total	<u>62</u>	<u>25</u>	<u>30.327</u>	<u>36.346</u>
Circulante	<u>62</u>	<u>25</u>	<u>27.479</u>	<u>33.692</u>
Não circulante	-	-	<u>2.848</u>	<u>2.654</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2014, refere-se a créditos do sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”. A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo). Neste período não houve IRPJ a pagar, e o saldo foi transferido para impostos a recuperar em 31 de março de 2015;
- (b) Refere-se ao saldo negativo de IRPJ e CSLL de 2014, atualizado pela taxa Selic.
- (c) Refere-se a crédito de PIS e COFINS sobre insumos e imobilizado

10.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
ICMS (a)	-	-	4.803	4.739
Contribuição social (b)	-	-	3.984	-
IRPJ (b)	-	-	21.238	-
PIS/COFINS (a)	-	-	13.248	13.154
Obrigações legais (c)	-	-	2.204	-
IRRF	53	48	3.699	938
Royalties (d)	-	-	3.250	3.236
Participação especial (d)	-	-	2.104	2.514
Outros (e)	-	-	<u>1.452</u>	<u>1.732</u>
Total	<u>53</u>	<u>48</u>	<u>55.982</u>	<u>26.313</u>
Circulante	<u>53</u>	<u>48</u>	<u>53.778</u>	<u>26.313</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.204</u>	<u>-</u>

- (a) Débitos referentes basicamente aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati, líquidos dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 17 (no caso específico do imposto estadual ICMS).
- (b) Em 31 de dezembro de 2014 foi apurado saldo negativo de IRPJ e CSLL logo o saldo a pagar era zero.
- (c) Ação ajuizada pela Sociedade com objetivo de excluir o valor de ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS sobre a receita de vendas.
- (d) Participações governamentais sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota explicativa 21.
- (e) Os débitos referem-se ao ISS, ISS retido sobre serviços prestados terceiros, bem como Cide, PIS e COFINS sobre importação de serviços.

10.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora	
	01/01/2015 a 31/03/2015	01/01/2014 a 31/03/2014
Lucro antes do IR e CSLL	28.899	25.100
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(9.826)	(8.534)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	10.222	8.900
Prejuízos fiscais não ativados (a)	(398)	(373)
Despesas indedutíveis /receita não tributável		00.000
Temporais	2	7
Imposto de renda /contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda /contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referente a prejuízos fiscais e base negativa. Em 31 de março de 2015 a QGEPP possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$68.863 (R\$67.693 em 31 de dezembro de 2014), sendo que a QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade fiscal até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação.

	Consolidado	
	01/01/2015 a 31/03/2015	01/01/2014 a 31/03/2014
Lucro antes do IR e CSLL	74.316	41.925
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(25.267)	(14.255)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Incentivos fiscais (a)	3.207	-
Despesas indedutíveis /receita não tributável, líquidas:		
Permanentes (b)	(537)	(2.366)
Temporais (c)	(22.281)	194
Prejuízos fiscais não ativados (d)	(539)	(398)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(45.417)</u>	<u>(16.825)</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	(30.515)	-
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(14.902)	(16.825)

- (a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações do Campo de Manati - Nota explicativa 2.15.
- (b) No trimestre findo em 31 de março de 2015, a principal adição refere-se ao plano de opção de ações.
- (c) No trimestre findo em 31 de março de 2015, as principais adições referem-se à amortização da provisão de abandono e a variação cambial da provisão de abandono.
- (d) Refere-se basicamente a prejuízos fiscais e base negativa da empresa holding QGEPP.

10.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada QGEP, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em períodos futuros quando efetivamente realizadas.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Composição ativo diferido</u>		
Participação nos lucros e resultados	114	4.428
Provisão baixa de poços e devolução de blocos	-	11.689
Provisões diversas	<u>6.214</u>	<u>5.111</u>
Total composição do ativo diferido	<u>6.328</u>	<u>21.228</u>

	<u>Consolidado</u>
<u>Ativo diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.228
Diferenças temporárias geradas por provisões e respectivas reversões:	
Reversão da provisão para baixa de poços e devolução de blocos	(11.689)
Participação nos lucros e resultados - Realizada	(4.315)
Provisões a pagar - Adições e reversões	<u>1.104</u>
Saldo em 31 de março de 2015	<u>6.328</u>
<u>Passivo diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(1.836)</u>
Exclusões temporais	
Saldo em 31 de março de 2015	<u>-</u> <u>(1.836)</u>

A Companhia estima que o ativo fiscal diferido constituído em 31 de março de 2015 será realizado nos próximos 12 meses na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambas suportadas por projeções efetuadas e aprovadas pela Administração (nota explicativa 3.2.3).

10.5. Lei 12.973/2014

A Administração efetuou uma avaliação preliminar das disposições contidas na Lei 12.973/2014 resultante da conversão da Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”), e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”). Embora a Lei 12.973/2014 tenha entrado em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, existia a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.

A Administração não fez a opção tendo em vista entender que não haveria efeitos para a Companhia.

11. INVESTIMENTOS

11.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do período:

<u>Participação</u>	<u>Nome da controlada</u>	<u>Local de constituição e operação</u>	<u>Participação e capital votante e total detidos - %</u>
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Direta	QGEP International GmbH	Áustria	100%
Indireta	QGEP B.V.	Holanda	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Holanda	30%

11.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2015 para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas diretas e indiretas são (em R\$):

	<u>QGEP</u>	<u>QGEP International</u>	<u>QGEP B.V.</u>	<u>AFBV</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$ (*)</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1	1.000	3.000
Percentual de participação	100%	100%	100%	30%
Capital social	2.042.553	109	2	20
Patrimônio líquido	2.561.957	53	58.457	124.242
Resultado do período	30.454	(389)	105	441
Ativo total	3.411.387	53	58.542	131.901
Passivo total	847.225	-	85	7.659
Receita líquida	125.984	-	-	1.062

(*) Valores apresentados referem-se ao total da AFBV.

A movimentação dos investimentos da QGEPP apresentada nas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas é como segue:

	Controladora			Consolidado
	QGEP			
	QGEP	International	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.522.744	28	2.522.772	76.078
Aumento de capital	-	429	429	27.953
Plano de opção de ações	1.846	-	1.846	-
Ajustes acumulados de conversão	6.913	(15)	6.898	19.706
Resultado de equivalência patrimonial (a)	<u>30.454</u>	<u>(389)</u>	<u>30.065</u>	<u>441</u>
Saldo em 31 de março de 2015	<u>2.561.957</u>	<u>53</u>	<u>2.562.010</u>	<u>124.178</u>

(a) Resultado apurado pelas investidas no período findo em 31 de março de 2015.

12. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização %	Consolidado			
		31/03/2015		31/12/2014	
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
<u>Segmento corporativo</u>					
Móveis e utensílios	10%	2.763	(504)	2.259	2.035
Veículos	20%	1.362	(371)	991	866
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.112	(1.702)	2.410	2.623
Benfeitorias em imóveis próprios	10%	1.556	(106)	1.450	1.552
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	2.286	(1.137)	1.149	1.246
Imóveis	4%	6.363	(52)	6.311	6.321
Terrenos	-	<u>173</u>	<u>-</u>	<u>173</u>	<u>173</u>
Subtotal		<u>18.615</u>	<u>(3.872)</u>	<u>14.743</u>	<u>14.816</u>
<u>Segmento de upstream</u>					
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	430.085	-	430.085	421.989
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)		16.844	(11.306)	5.538	1.264
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv) e (v)		270.916	-	270.916	265.632
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	<u>997.512</u>	<u>(588.772)</u>	<u>408.740</u>	<u>417.683</u>
Subtotal		<u>1.715.357</u>	<u>(600.078)</u>	<u>1.115.279</u>	<u>1.106.568</u>
Total		<u>1.733.972</u>	<u>(603.950)</u>	<u>1.130.022</u>	<u>1.121.384</u>

(i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.

(ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, os quais já estão em fase de produção.

(iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota explicativa 21(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

(iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.

(v) Foram capitalizados ao imobilizado até o período findo em 31 de março de 2015 R\$10.177 de encargos financeiros (R\$7.452 em 31 de dezembro de 2014), referente aos financiamentos do FINEP e BNB. As taxas relacionadas encontram-se descritas na nota explicativa 14.

Custo	Consolidado					
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	Total
Saldo em 31/12/2013	12.385	456.509	16.844	103.112	956.001	1.544.851
(+) Adições do exercício	9.229	31.310	(a) -	162.520	(b) 18.690	(c) 221.749
(-) Baixas do exercício	<u>(3.468)</u>	<u>(65.830)</u>	(d) -	-	-	<u>(69.298)</u>
Saldo em 31/12/2014	18.146	421.989	16.844	265.632	974.692	1.697.303
(+) Adições do período	539	8.096	(e) -	5.284	(f) 22.820	(g) 36.739
(-) Baixas do período	<u>(70)</u>	-	-	-	-	<u>(70)</u>
Saldo em 31/03/2015	<u>18.615</u>	<u>430.085</u>	<u>16.844</u>	<u>270.916</u>	<u>997.512</u>	<u>1.733.972</u>

Em 31 de dezembro de 2014, as principais adições e baixas de imobilizado no período referem-se: (a) adições no BM-J-2 e BM-S-8, (b) adições no BS-4, que incluem gastos com serviços de perfuração, (c) adições no Campo de Manati e (d) Baixa do poço Biguá e do poço de extensão de Carcará, ambos localizados no Bloco BM-S-8, baixa do Bloco CAL-M-312, parte da concessão BM-CAL-12 e baixa do BM-CAL-5.

Em 31 de março de 2015, as principais adições e baixas de imobilizado no período referem-se: (e) adições no BM-S-8, (f) adições no BS-4 e (g) adições no Campo de Manati.

Depreciação e amortização	Depreciação imobilizado corporativo	Amortização gastos com exploração de recursos naturais	Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	Total
Saldo em 31/12/2013	(2.420)	(13.826)	(445.146)	(461.392)
(-) Adições do exercício	(2.620)	(1.754)	(111.863)	(116.237)
(+) Baixas do exercício	<u>1.710</u>	-	-	<u>1.710</u>
Saldo em 31/12/2014	(3.330)	(15.580)	(557.009)	(575.919)
(-) Adições do período	(586)	(422)	(27.067)	(28.075)
(+) Baixas do período	<u>44</u>	<u>4.696</u>	<u>(4.696)</u>	<u>44</u>
Saldo em 31/03/2015	<u>(3.872)</u>	<u>(11.306)</u>	<u>(588.772)</u>	<u>(603.950)</u>

13. INTANGÍVEL

	Taxa de depreciação	Consolidado			
		Custo	Amortização	31/03/2015	31/12/2014
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	529.399	-	529.399	529.399
Bônus de assinatura (ii)	-	96.324	-	96.324	96.324
Software	20%	<u>7.473</u>	<u>(3.048)</u>	<u>4.425</u>	<u>4.747</u>
Total		<u>633.196</u>	<u>(3.048)</u>	<u>630.148</u>	<u>630.470</u>

Custo e amortização	Consolidado			
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
Saldo em 31/12/2013	529.399	97.675	4.276	631.350
(+) Adições (custo)	-	-	1.840	1.840
(-) Baixas (custo) (iii)	-	(1.351)	-	(1.351)
(-) Adições (amortização)	-	-	(1.369)	(1.369)
Saldo em 31/12/2014	<u>529.399</u>	<u>96.324</u>	<u>4.747</u>	<u>630.470</u>
(+) Adições (custo)	-	-	50	50
(-) Adições (amortização)	-	-	(372)	(372)
Saldo em 31/03/2015	<u>529.399</u>	<u>96.324</u>	<u>4.425</u>	<u>630.148</u>

- (i) Refere-se aos direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$278.692 (US\$175.000) e participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707 (US\$157.500). Não estão sendo amortizados, pois os campos ainda estão em fase de desenvolvimento.
- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória (Nota Explicativa 21).
- (iii) Em 31 de dezembro de 2014, as baixas referem-se ao bônus de assinatura do Bloco CAL-M-312, parte da concessão BM-CAL-12 no montante de R\$206 e do Bloco BM-CAL-5 no montante de R\$1.146. A decisão foi tomada em função da baixa atratividade indicada por estudos de viabilidade técnica e econômica dessas áreas.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de avaliação, exploração e desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural.

Moeda nacional	31/03/2015	31/12/2014	Consolidado		
			Encargos	Forma de pagamento - juros	Vencimento
BNB - Banco do Nordeste	117.864	-	4,71% a.a. + bônus de adimplência de 15%	Mensal	Até Jul/2026
FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos	<u>253.254</u>	<u>253.225</u>	Subcrédito A: 3,5% a.a Subcrédito B: TJLP + (5% a.a - 6,5% a.a) (a)	Mensal	Até Set/2023
Total	<u>371.118</u>	<u>253.225</u>		Mensal	Até Set/2023
Circulante	445	387			
Não circulante	<u>370.673</u>	<u>252.838</u>			
Total consolidado	<u>371.118</u>	<u>253.225</u>			
<u>Descrição</u>	<u>Mar-15</u>				
TJLP anual	<u>5,5%</u>				

- (a) Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito A incidirão juros compostos de 3,5% ao ano, *pro rata tempore*.

Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito B incidirão juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de SPREAD, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% ao ano.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31/12/2014	253.225
(+) Liberação de principal	117.835
(+) Adições de juros	2.658
(-) Amortização de juros	<u>(2.600)</u>
Total antes do custo do empréstimo	<u>371.118</u>
(-) Custo do empréstimo	<u>(2.244)</u>
Saldo final em 31/03/2015	<u>368.874</u>
Circulante	<u>445</u>
Não circulante	<u>368.429</u>

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

<u>Vencimentos</u>	<u>31/03/2015</u>
2016	11.898
2017	35.695
2018	35.695
2019 a 2026	<u>287.385</u>
Total	<u>370.673</u>

De acordo com os termos do contrato da FINEP, o principal da dívida deve ser pago em 85 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 15/09/2016 e as demais em igual dia dos meses subsequentes ocorrendo a última em 15/09/2023. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. O empréstimo é garantido através de aval corporativo pela controladora QGEPP.

De acordo com os termos do contrato do BNB, o principal da dívida deve ser pago em 84 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 20/10/2019 e as demais em meses subsequentes ocorrendo a última em 29/09/2026. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. Durante todo tempo do contrato a Companhia manterá pelo menos 3 prestações mensais desta operação, compreendendo principal e encargos, tomada como referência mínima a maior prestação devida, em conta reserva (nota explicativa 9). Caso os três projetos envolvidos na dívida sejam descontinuados e devolvidos à ANP, o contrato prevê a aceleração da amortização desta dívida em, no mínimo 24 parcelas mensais, sendo que a última parcela não poderá ultrapassar setembro de 2022.

15. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda judicial), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais referente a 31 de março de 2015.

Os processos considerados como de perda possível que não foram provisionados nas informações financeiras trimestrais são:

IMA

A Execução Fiscal nº 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$316.

IRRF, PIS, COFINS e CIDE sobre afretamento

Não recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE incidentes sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamentos realizados em 2008 e 2009, e não recolhimento de IRRF, CIDE, PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS incidentes sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamento realizado em 2010. A questão envolve processos em fase administrativa, onde a Companhia está acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. No tocante à participação da QGEP, os valores em discussão referentes aos afretamentos realizados em 2008 e 2009, montam aproximadamente a R\$33.709, e os valores em discussão referentes ao afretamento realizado em 2010 montam a aproximadamente R\$ 250.

Contratos com a QGOG

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda relacionados a estes contratos com a QGOG, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

16. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono, informadas pelo operador, foram revisadas para o período findo em 31 de março de 2015, conforme notas explicativas 2.9 e 3.2.5. Em 31 de março de 2015, esta provisão reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, com: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção e possuem premissas tais como taxas de desconto e taxas de câmbio.

Movimentação da Provisão para Abandono no período findo em 31 de março de 2015:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	281.099
Variação cambial e outros	<u>58.396</u>
Saldo em 31 de março de 2015	<u>339.495</u>

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>01/01/2015</u> <u>a 31/03/2015</u>	<u>01/01/2014</u> <u>a 31/03/2014</u>
Receita bruta	<u>156.866</u>	<u>160.439</u>
PIS	(2.222)	(2.576)
COFINS	(10.236)	(11.859)
ICMS	(17.692)	(17.875)
Crédito presumido ICMS (*)	3.538	3.575
Descontos - reduções contratuais	<u>(4.270)</u>	<u>(4.399)</u>
Total de deduções	<u>(30.882)</u>	<u>(33.134)</u>
Receita líquida	<u>125.984</u>	<u>127.305</u>

(*) Benefício fiscal de ICMS, conforme nota explicativa 2.15.2

18. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

18.1. Custos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>01/01/2015</u> <u>a 31/03/2015</u>	<u>01/01/2014</u> <u>a 31/03/2014</u>
Custos de extração	(16.511)	(15.775)
Royalties e participação especial	(11.385)	(12.549)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.286)	(1.401)
Amortização e depreciação	<u>(27.490)</u>	<u>(28.079)</u>
Total	<u>(56.672)</u>	<u>(57.804)</u>

18.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	01/01/2015 a 31/03/2015	01/01/2014 a 31/03/2014
Pessoal	(842)	(679)
Serviços contratados de terceiros	(95)	(90)
Impostos e taxas	(22)	(4)
Anúncios e publicações	(260)	(285)
Outras despesas	(17)	(46)
Total	(1.236)	(1.104)

	Consolidado	
	01/01/2015 a 31/03/2015	01/01/2014 a 31/03/2014
Pessoal	(15.036)	(16.367)
Serviços contratados de terceiros	(3.569)	(1.380)
Seguros	(206)	(318)
Impostos e taxas	(2.187)	(248)
Anúncios e publicações	(263)	(432)
Patrocínio	-	(10)
Serviços compartilhados	(23)	(22)
Depreciação	(956)	(939)
Manutenção	(740)	(252)
Locação	(691)	(957)
Outras despesas	(150)	(866)
Alocação de projetos E&P (a)	9.103	9.594
Total	(14.718)	(12.197)

(a) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas aos Blocos operados pela QGEP, relacionado aos seus parceiros não operadores.

19. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

	Consolidado	
	01/01/2014 a 31/03/2015	01/01/2014 a 31/03/2014
<u>Gastos exploratórios</u>		
Baixa Poço Biguá	(6)	(29.065)
Baixa Poço Carcará - extensão	-	(2.709)
Aquisição / processamento de sísmica	(4.270)	(325)
Gastos com geologia e geofísica	(958)	(1.425)
Despesas gerais e administrativas	(1.231)	(1.081)
Segurança, meio- ambiente e saúde	(606)	(52)
Estudos diversos	(622)	(386)
Provisão de notas fiscais	(1.132)	-
Outros	(1.383)	(421)
Total	(10.208)	(35.464)

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	01/01/2015 a 31/03/2015	01/01/2014 a 31/03/2014
Juros de aplicações financeiras	73	31
Despesas financeiras	(3)	(2)
Total	<u>70</u>	<u>29</u>

	Consolidado	
	01/01/2015 a 31/03/2015	01/01/2014 a 31/03/2014
Juros de aplicações financeiras	88.323	12.462
Despesas financeiras	(135)	(177)
Variação cambial sobre Provisão para abandono	(58.395)	7.778
Variação cambial - Outros	<u>5</u>	<u>49</u>
Total	<u>29.798</u>	<u>20.112</u>

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%	
Desenvolvimento e Produção	Camamu BCAM-40	Manati Camarão Norte	06/08/1998	Petrobras (operador)	35	
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	45	
				Geopark	10	
				Brasoil	10	
	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	06/08/1998	OGX	40	
				Barra Energia	30	
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30	
Exploração	Camamu - Almada	CAL-M-372	24/11/2004	Petrobras (operador)	60	
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	20	
					EP Energy(i)	20
	Santos	BM-S-8	15/09/2000	Petrobras (operador)	66	
				Petrogal	14	
					Barra Energia	10
					Queiroz Galvão Exploração e Produção	10
	Jequitinhonha	BM-J-2	02/09/2002	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100	
Foz do Amazonas	FZA-M-90 (ii)	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	35		
			Premier Oil	35		
			Pacific Brasil	30		
Espírito Santo	ES-M-598 (ii)	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	20		
			Statoil Brasil (operador)	40		
			Petrobras	40		
Espírito Santo	ES-M-673 (ii)	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	20		
			Statoil Brasil (operador)	40		
			Petrobras	40		
Pará-Maranhão	PAMA-M-265 (ii)	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30		
			Pacific Brasil	70		

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
	Pará-Maranhão	PAMA-M-337 (ii)	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	50
				Pacific Brasil	50
	Ceará	CE-M-661 (ii)	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	25
				Total (operador) OGX	40 35
Pernambuco- Paraíba	PEPB-M-894 (ii)	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30	
			Petra Energia	70	
Pernambuco- Paraíba	PEPB-M-896 (ii)	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30	
			Petra Energia	70	

Os prazos de concessão dos direitos nestes blocos são de 27 anos a partir da data de aprovação do plano de desenvolvimento. Na fase exploratória, que antecede o plano de desenvolvimento, os prazos são definidos no respectivo Contrato de Concessão.

- (i) Em processo de transferência pela ANP para a Petrobras.
- (ii) Em 14 de maio de 2013, a controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. adquiriu participação em 8 blocos na 11ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A QGEP desembolsou R\$94,9 milhões em bônus de assinatura pela participação em 8 blocos exploratórios, sendo o operador em 5 concessões. O investimento em aquisição de dados sísmicos líquido para a QGEP está estimado em aproximadamente US\$30-40 milhões nos próximos dois anos. Adicionalmente, estão previstos pelo menos quatro poços exploratórios, que devem ser perfurados a partir de 2017. Os blocos adquiridos pela QGEP estão distribuídos ao longo de cinco diferentes bacias e possuem área total de 5.785km².

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
BM-J-2	-	2002	855	742,051	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-372	6,3	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
PEPB-M-896	7,2	2013	637	722,400	10%	93,75	187,50	937,50
PEPB-M-894	3,6	2013	239	721,200	10%	93,75	187,50	937,50
FZA-M-90	48,9	2013	18.945	768,500	10%	644,80	1.289,60	6.448,00
PAMA-M-265	9,1	2013	3.020	766,300	10%	62,50	125,00	625,00
PAMA-M-337	68,6	2013	35.206	769,300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-598	27,8	2013	14.182	769,300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-673	9,0	2013	12.562	507,200	10%	31,25	62,50	312,50
CE-M-661	33,9	2013	10.116	760,900	10%	31,25	62,50	312,50
BM-S-8	-	2000	-	392,000	10%	396,02	792,04	3.960,20
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	<u>214,4</u>		<u>96.324</u>					

Em 31 de março de 2015, os compromissos remanescentes relativos a Programas exploratórios mínimos, (“PEM”) das concessões mencionadas na tabela acima, compreendem a perfuração de 1 poço pioneiro, no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), previsto para iniciar em 2015.

Nos blocos adquiridos na 11ª rodada de licitação da ANP, há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, CE-M-661, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração previstas para serem realizadas a partir de 2017.

Os compromissos com avaliação de descoberta compreendem: (i) perfuração de dois poços (Carcará e Guanxuma) e (ii) a realização de um teste de formação e de um teste de longa duração no BM-S-8.

A controlada QGEP detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de suas instalações.

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEP:

- Royalties- Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. No período findo em 31 de março de 2015 foram provisionados R\$9.430 (R\$9.650 em 31 de março de 2014) de royalties referentes à produção do campo Manati dos quais R\$3.250 (R\$3.236 em 31 de dezembro de 2014) permanecem no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.
- Participação especial- A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No período findo em 31 de março de 2015 foram registrados R\$1.955 (R\$2.899 em 31 de março de 2014) de participação especial, esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$2.104 (R\$2.514 em 31 de dezembro de 2014) permanecem no passivo a pagar naquela data.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão- Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi desembolsado os montantes de R\$152 para o período findo em 31 de março de 2015 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R\$299 em 31 de março de 2014).

b) Informações sobre as reservas

As reservas de gás provadas líquidas da controlada QGEP para o Campo de Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

	Reserva total campo (MMm ³) (não revisado pelos auditores independentes)
Reserva provada estimada pela Gaffney e Cline & Associates em 31/03/2015 (*)	<u>7.011</u>

(*) A reserva provada e contratada foi estimada a partir da reserva certificada em dezembro de 2014 por peritos especialistas e deduzidas das produções mensais até o referido período.

c) Garantias

Em 31 de março de 2015, o Grupo possui garantias, através de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis - ANP no total de R\$293.433. Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração no montante de R\$214.383, operação de desativação do sistema de produção antecipada no Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$63.828 e desenvolvimento do Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$15.223.

22. COMPROMISSOS

Em 31 de março de 2015, o Grupo possuía compromissos contratados para fornecimento e operação de materiais e equipamentos, incluindo arrendamento de embarcações, bem como junto a prestadores de serviços de consultoria técnica, com vencimentos diversos para a campanha exploratória e desenvolvimento conforme o seguinte cronograma financeiro:

	Consolidado (*)		
	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u> <u>em diante</u>
Total de compromissos	<u>149.806</u>	<u>118.734</u>	<u>289.897</u>

(*) Este montante representa a participação da QGEP nos consórcios operados pela QGEP.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	31/03/2015			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	53.838	53.838
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	75	75	36.250	36.250
Contas a receber (i)	-	-	99.264	99.264
Partes relacionadas	-	-	6.719	6.719
Valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (ii)	-	-	94.837	94.837
Aplicações financeiras (ii)	-	-	1.209.940	1.209.940
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	354	354	35.658	35.658
Partes relacionadas	-	-	340	340
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	368.429	297.360
	31/12/2014			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	27.916	27.916
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	1	1	17.444	17.444
Contas a receber (i)	-	-	101.627	101.627
Partes relacionadas	-	-	4.878	4.878
Valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (ii)	-	-	99.747	99.747
Aplicações financeiras (ii)	-	-	1.011.417	1.011.417
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	47	47	35.199	35.199
Partes relacionadas	-	-	336	336
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	250.528	210.452

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas.

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformancerisk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2 para estes instrumentos financeiros:

- (i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
 - (ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	354	354
Total	<u>354</u>	<u>354</u>

	Consolidado				
	<u>Até 1 mês</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 10 anos</u>	<u>Total</u>
	Fornecedores	30.702	3.472	-	1.484
Partes relacionadas	-	-	340	-	340
Empréstimos e financiamentos	-	-	<u>445</u>	<u>368.429</u>	<u>368.874</u>
Total	<u>30.702</u>	<u>3.472</u>	<u>785</u>	<u>369.913</u>	<u>404.872</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras (95,8% em 31 de março de 2015 e 95,5% em 31 de dezembro de 2014). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, controlada pelo Governo Federal, representa risco de crédito não relevante, pois historicamente não possui inadimplência ou atrasos. No período findo em 31 de março de 2015 não foi registrada perda com créditos junto ao cliente Petrobras.

O risco de crédito nas operações com os consorciados e consórcios encontra-se descrito na Nota explicativa 6.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

Operação	Saldo em 31/03/2015	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I -	Cenário II -
				deterioração de 25%	Deterioração de 50%
CDI anual em 31 de março de 2015 (12,53%)					
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras - efetivo	958.908	Redução do CDI	958.908	958.908	958.908
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2015			13,22%	9,92%	6,61%
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras - estimado		Redução do CDI	1.085.676	1.049.794	1.013.913
Receita estimada em 31 de dezembro de 2015			126.768	90.886	55.004
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015			-	(35.882)	(71.763)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período a findar em 31 de dezembro de 2015, de acordo com o relatório Focus em 30 de abril de 2015, emitido pelo Banco Central do Brasil.

Cenário I - Cenário II -

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31/03/2015</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>deterioração de 25%</u>	<u>Deterioração de 50%</u>
CDI anual em 31 de março de 2015 (12,53%)			-	-	
Caixa restrito:					
Fundo da provisão de abandono	38.075	Redução do CDI	38.075	38.075	38.075
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2015			13,22%	9,92%	6,61%
Fundo da provisão de abandono - estimado	38.075	Redução do CDI	43.109	41.684	40.259
Receita estimada em 31 de dezembro de 2015			5.034	3.609	2.184
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015:			-	(1.425)	(2.849)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período a findar em 31 de dezembro de 2015, de acordo com o relatório Focus em 30 de abril de 2015, emitido pelo Banco Central do Brasil.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31/03/2015</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - deterioração de 50%</u>
TJLP anual em 31 de março de 2015 (5,50%)					
Empréstimos e financiamentos:					
FINEP	128.739(b)	Alta da TJLP	128.739	128.739	128.739
Empréstimos e financiamentos:					
Taxa estimada da TJLP para 30 de junho de 2015		Alta da TJLP	6%	7,50%	9%
Despesa estimada em 30 de junho de 2015			7.724	9.771	11.818
Empréstimos e financiamentos- estimado			136.463	138.510	140.557
Efeito do incremento nas despesas de empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2015:			-	2.047	4.094

(a) Conforme site do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES).

(b) Valor refere-se somente a parcela do Subcrédito B do empréstimo da FINEP.

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes do aumento das taxas de câmbio sobre as transações indicadas em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma valorização do dólar norte-americano em relação ao Real e o impacto sobre transações indexadas em dólar norte - americano contratadas pela Companhia.

	<u>Risco</u>	<u>Consolidado</u>			
		<u>31/03/2015</u>			
		<u>Cenário provável (a)</u>		<u>Cenário</u>	
		<u>Saldo em USD</u>	<u>Saldo em R\$</u>	<u>Possível (25%)</u>	<u>Remoto (50%)</u>
Dólar efetivo em 31 de março de 2015 (R\$3,21)					
<u>Operação</u>					
Fundo cambial - ativo	Baixa do US\$	107.747	345.869	345.869	345.869
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2015			3,08	2,31	1,54
Fundo cambial - estimado			331.862	248.896	165.931
Efeito no resultado e patrimônio líquido na desvalorização do USD em relação ao real (efeito líquido sobre saldos ativos e passivos):					
Efeito no resultado e patrimônio líquido			(14.007)	(96.973)	(179.938)
Efeito da redução na receita financeira em 31 de dezembro de 2015			-	(82.965)	(165.931)

(a) Cenário provável da taxa de câmbio para o período a findar em 31 de dezembro de 2015, de acordo com o relatório Focus em 30 de abril de 2015, emitido pelo Banco Central do Brasil

	Risco	Consolidado			
		31/03/2015			
		Cenário provável (a)		Cenário	
		Saldo em USD	Saldo em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)
Dólar efetivo em 31 de março de 2015 (R\$3,21)					
<u>Operação</u>					
Provisão para abandono - passivo	Alta do US\$	105.762	339.495	339.495	339.495
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2015			3,08	3,85	4,62
Provisão para abandono - estimado			325.747	407.184	488.620
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real					
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização			(13.747)	67.690	149.126
Efeito do incremento da despesa financeira em 31 de dezembro de 2015			-	81.437	162.873

(a) Cenário provável da taxa de câmbio para o período a findar em 31 de dezembro de 2015, de acordo com o relatório Focus em 30 de abril de 2015, emitido pelo Banco Central do Brasil.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de março de 2015 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de março de 2015 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações Ordinárias	% de Participação
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	71.577.610	26,9
Ações em tesouraria	7.954.632	3,0
Administradores	208.232	0,1
Conselho Fiscal	552	0,0
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	01/01/2015 a 31/03/2015	01/01/2014 a 31/03/2014
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>		
Numerador:		
Lucro líquido do período	28.899	25.100
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>259.325</u>	<u>260.004</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,11</u>	<u>0,09</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 31 de março de 2015 as opções de ações estão *out of money*, e, portanto, não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011 a 2015, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes Planos de 2011 a 2015 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de 1,96 para o Plano de 2015, R\$2,65 para o Plano de 2014, R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os dois Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Planos de opções de compra de ações 12/03/2015	Planos de opções de compra de ações 24/02/2014	Planos de opções de compra de ações 14/03/2013	Planos de opções de compra de ações 29/05/2012	Planos de opções de compra de ações 26/03/2012	Planos de opções de compra de ações 29/04/2011
Data da reunião do Conselho de Administração	12/03/2015	24/02/2014	11/03/2013	28/05/2012	23/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas	2.334.915	2.373.330	2.120.319	550.000	1.941.517	1.097.439
Preço de período da opção	R\$6,36	R\$8,98	R\$12,83	R\$12,81	R\$14,17	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,96	R\$2,65	R\$4,11	R\$3,87	R\$5,31	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	36,96%	43,36%	43,92%	49,88%	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	2,47%	3,84%	1,89%	1,93%	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	6,39%	6,20%	3,81%	4,06%	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7	7	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de março de 2015 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de período médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2013	<u>5.709.275</u>	<u>14,70</u>
Concedidas no período - 24/02/2014	<u>2.373.330</u>	<u>8,98</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	<u>8.082.605</u>	<u>13,56</u>
Concedidas no período - 12/03/2015	<u>2.334.915</u>	<u>8,98</u>
Opções em circulação em 31 de março de 2015	<u>10.417.520</u>	<u>13,56</u>

O intervalo de preços de período e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de período para as opções exercíveis no período findo em 31 de março de 2015 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em mar/2015	Maturidade remanescente média em anos	Preço de período	Opções exercíveis em mar/2015	Preço de período médio (*)
Plano 2015	2.334.915	7	6,36	-	6,36
Plano 2014	2.373.330	7	8,98	-	9,67
Plano 2013	2.120.319	7	12,83	-	14,69
Plano 2012 - 2ª outorga	550.000	7	12,81	110.000	14,53
Plano 2012 - 1ª outorga	1.941.517	7	14,17	388.303	17,45
Plano 2011	1.097.439	7	19,00	548.720	22,60

(*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de preços ao Consumidor (“INPC”).

Para o período findo em 31 de março de 2015, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$1.846, sendo R\$406 da 1ª outorga do plano de 2012, R\$89 da 2ª outorga do plano de 2012, R\$627 da outorga do plano de 2013, R\$603 da outorga do plano de 2014 e R\$121 da outorga do plano de 2015, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal. A redução do saldo em 31 de março de 2015 quando comparado com os reflexos de 2014 deve-se à revisão das premissas referentes a “service conditions” dos respectivos planos de outorgas dos exercícios anteriores, tais como estimativa de exercício de opção considerando a saída de determinados executivos passíveis de exercerem suas opções, bem como a extinção do Plano referente a 2011 (duração da opção por 3 anos).

iv. Dividendos

O Conselho de Administração propôs a distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$38.676.

25. AÇÕES EM TESOURARIA

A Companhia autorizou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações dos anos 2011 a 2014.

Plano	Data de autorização de recompra	Volume recomprado
Plano 2011	24/04/2012	1.097.439
Plano 2012	9/07/2012	2.491.517
Plano 2013	6/05/2013	2.120.319
Plano 2014	24/02/2014	2.245.357

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor - R\$mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
Movimentação do período		
Outorga de opção de compra de ações 2011	1.097.439	9.107
Outorga de opção de compra de ações 2012	<u>2.491.517</u>	<u>29.792</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>38.899</u>
Outorga de opção de compra de ações 2013	<u>2.120.319</u>	<u>23.601</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>5.709.275</u>	<u>62.500</u>
Outorga de opção de compra de ações 2014	<u>2.245.357</u>	<u>18.507</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>7.954.632</u>	<u>81.007</u>
Outorga de opção de compra de ações 2015	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de março de 2015	<u>7.954.632</u>	<u>81.007</u>

(*) Quantidade de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$por ação)	<u>31/03/2015</u>
Mínimo	7,88
Médio	10,60
Máximo	13,39

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do período era o seguinte:

	<u>31/03/2015</u>
	<u>Ordinárias</u>
Quantidade de ações em tesouraria	7.954.632
Cotação por ação na BM&FBOVESPA (R\$)	<u>6,58</u>
Valor de mercado (R\$mil)	<u>52.341</u>

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de março de 2015 representa 3,0% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

26. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias</u> <u>seguradas</u>
		<u>Mar-15</u>
Responsabilidade civil geral	30/09/2015	436.408
Riscos de petróleo e operacionais	30/09/2015	<u>1.489.326</u>
Total		<u>1.925.734</u>

Os seguros foram renovados em 2014, com o vencimento das novas apólices para 30 de setembro de 2015.

27. PLANO DE BENEFICIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pela Companhia. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$293 em 31 de março de 2015 (R\$271 em 31 de março de 2014), reconhecida na demonstração do resultado consolidada, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores de imobilizado	7.693	6.134
Encargos financeiros capitalizados	<u>10.177</u>	<u>7.452</u>
Total	<u>17.870</u>	<u>13.586</u>

29. SAZONALIDADE

A atividade de exploração e produção da Companhia não sofre efeitos de sazonalidade ao longo do período, exceto em áreas exploratórias que apresentam restrições ambientais em determinados períodos do ano.

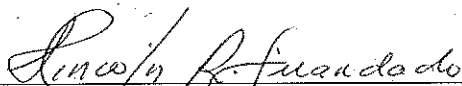
30. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas e autorizadas para arquivamento junto a CVM pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2015.

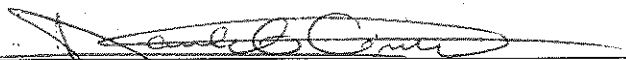
DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO V DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de março de 2015.

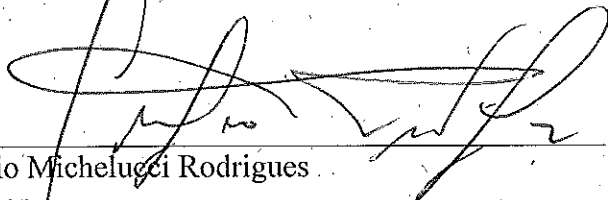
Rio de Janeiro, 11 de maio de 2015.



Lincoln Rumenos Guardado
Diretor Presidente



Danilo Oliveira
Diretor

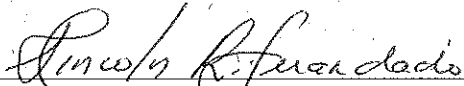


Sérgio Michelucci Rodrigues
Diretor

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO VI DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de março de 2015.

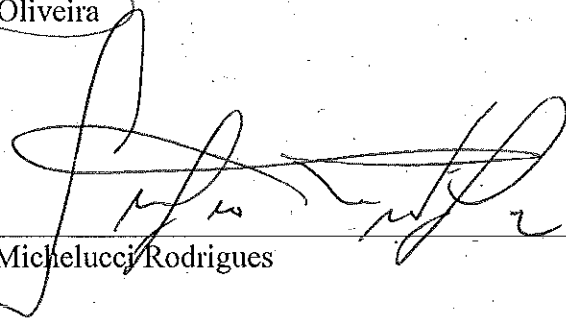
Rio de Janeiro, 11 de maio de 2015.



Lincoln Rumenos Guardado
Diretor Presidente / Diretor Financeiro



Daniilo Oliveira
Diretor



Sérgio Michelucci Rodrigues
Diretor